

Apresentação

A revista GeoTextos publica seu primeiro número de 2026 com nove textos aprovados na seção Artigos e um texto na seção Memória. No primeiro artigo, Pedro Leonardo Cezar Spode vai problematizar a pobreza no Brasil e no mundo como um processo estrutural, refletindo sobre as massas de pessoas habitando áreas desprovidas de acesso às estruturas básicas, para focar nos “processos de resistência e solidariedades que se expressam em diferentes porções da área urbana da cidade de Santa Maria e emergem enquanto contraponto às condições de pobreza nas quais os sujeitos estão inseridos”. Inspirado em Milton Santos, Spode vai analisar como o lugar emerge como conceito fundamental para se pensar o período popular da história, já que “nele se originam os processos e práticas socioespaciais de resistência e solidariedade, tão importantes na constituição do mundo urbano contemporâneo”. No segundo artigo da seção, Jose Anderson Farias da Silva Bomfim, Silvana Nunes de Queiroz e Antônio Alfredo Teles de Carvalho abordam a segregação socioespacial e a racialização do espaço urbano em Natal (RN), com foco nos dados do censo 2022, buscando “verificar se a segregação socioespacial em Natal se estrutura de forma racialmente diferenciada, articulando a distribuição da população segundo raça/cor, as desigualdades nas condições domiciliares e no acesso à infraestrutura urbana”. Os autores concluem que a segregação socioespacial em Natal é um fenômeno multidimensional, no qual fatores históricos, raciais, econômicos e institucionais se entrelaçam na produção do espaço urbano. No artigo que se segue, o olhar se desloca do espaço urbano para o espaço rural: no texto de sua autoria, Rafael Benevides de Sousa quer compreender a diversidade camponesa na Amazônia e como ela é constituída “pelas diferentes composições das unidades domésticas familiares, que estabelecem no espaço agrário relações múltiplas, referentes a formas distintas de inserção no mercado, diferentes processos de regularização fundiária, matrizes religiosas diversas, festas sagradas e

profanas". Sua pesquisa, realizada junto às comunidades rurais, "revelou uma territorialidade camponesa amazônica constituída por grupos familiares extensos, formados por gerações (...) que se articulam no uso comum de uma mesma propriedade da terra", caracterizando também um "processo de campesinização, que se define como relações não capitalistas de manuseio da terra, tendo como base o trabalho familiar que dita as diretrizes que organizam a vida no campo". O quarto e o quinto artigos da seção têm em comum o foco na atuação do Estado e uma abordagem histórica das questões colocadas pelos autores. Tiago Cargnin Gonçalves tem como objetivo, em seu texto, analisar "a atuação do governo provincial de Pernambuco na execução de obras públicas entre 1838 e 1851, com o objetivo de compreender o papel do Estado no processo de urbanização da província naquele momento". Gonçalves vai fundamentar sua análise na categoria "valorização do espaço", se utilizando dos Relatórios dos Presidentes da Província de Pernambuco, divulgados entre 1838 e 1851, e procurando "estabelecer uma periodização para o fenômeno estudado, reconhecer os agentes atuantes no processo de formação territorial/urbanização e identificar as transformações espaciais ocorridas no período". No artigo seguinte, Leonardo José da Silva Costa e Raimundo Jucier Sousa de Assis problematizam a apropriação do conhecimento geográfico pelo regime autoritário brasileiro, com ênfase na regionalização do território: considerando as devidas contextualizações históricas, os autores procuram analisar os caminhos pelos quais a Geografia se constituiu como instrumento político no Brasil, assim como de que modo a regionalização se consolidou no país "como uma das principais ferramentas de planejamento territorial promovida pelo Estado", "durante o período histórico da ditadura militar (1964-1985), sob o contexto do autoritarismo". Nos dois artigos que se seguem, os autores vão revelar a geoeconomia e a mercantilização envolvendo nichos de produção e consumo específicos. No texto de sua autoria, Wander Luis de Melo Cruz e Carlos José Espíndola abordam as recentes mudanças geoeconômicas no padrão de consumo de perfumaria no Brasil, com foco na perfumaria designer, buscando destacar o aumento do consumo de perfumes contratipos (dupes). Para isso, se baseiam também em dados primários, com a aplicação de um questionário *online* junto a uma amostra de pessoas de sexo, idade, região de moradia e renda diferentes,

para tentar identificar padrões de comportamento na busca por produtos de perfumaria e seus principais canais de compra. Ao final, os autores vão enfatizar “que o mercado de luxo da perfumaria designer tende a cada vez mais concentrar-se em poucos grupos que, por sua vez, tendem a ser cada vez maiores e com maior poder de decisão no mercado de perfumes, em um acelerado processo de fusões e aquisições de marcas”. O sétimo artigo da seção, de Elizete da Neiva Moreira e Carlos Teixeira de Campos Júnior, apresenta “um recorte de um estudo mais amplo sobre a gênese e a consolidação da indústria capixaba de rochas ornamentais e as formas de acumulação capitalista no setor”, buscando “analisar a transformação das rochas ornamentais em mercadorias fetichizadas e altamente valorizadas no cenário contemporâneo, acentuando a dissociação entre valor e preço”. Os autores concluem que “a centralidade das rendas minerárias na acumulação amplia os limites do capital, mas aprofunda a crise ambiental ao transformar paisagens moldadas em milhões de anos em mercadorias descartáveis e finitas”. No artigo seguinte, de Lilian Carla Moreira Bento e Giulia Alves Viana, a Natureza é também o foco, mas sob outra perspectiva: a análise dos fósseis como provedores relevantes de serviços já que contribuem para a compreensão da história da Terra, para o monitoramento de mudanças ambientais e para ações de educação e conservação. As autoras vão se basear em ampla revisão bibliográfica para “sistematizar e integrar, em uma mesma abordagem analítica, diferentes perspectivas sobre geodiversidade, serviços da natureza e fósseis”, temas, segundo elas, “frequentemente tratados de forma fragmentada na literatura”. Ao propor essa articulação, querem reafirmar “uma perspectiva geográfica de análise, ao evidenciar o papel dos elementos abióticos na produção e na diferenciação do espaço geográfico”. Finalmente, no último texto da seção Artigos, Rafaela Melissa Andrade Ferreira avalia “a acurácia das estimativas de precipitação do produto satelital NASA/POWER em comparação com dados observados por estação pluviométrica no município de Ourinhos”, no estado de São Paulo, aplicando análises sazonais, interdecadais e por classes de intensidade de precipitação definidas por quartis. As evidências reunidas, mostram, para a autora, que melhorias no processo de estimativa da precipitação por modelos como o NASA/POWER são necessárias, e, para isso, deve-se lançar mão de estratégias como “o uso de calibração

regional com dados de estações locais, a integração com produtos híbridos de maior resolução e a aplicação de métodos de validação cruzada com outras variáveis climáticas”.

Na seção Memória, republicamos o importante texto da Professora Maria Geralda de Almeida, falecida em 2022, no qual são discutidas concepções de território, territorialidade e fronteira, se referenciando na “construção das relações sociais que se estabelecem no norte do estado de Goiás com a construção da usina hidrelétrica Serra da Mesa”. Como conclusão, Almeida reconhece que “a fronteira social como lugar de passagem pode, também, contribuir para que as identidades, situadas de parte e outra de seus limites, se oponham ou se mesclam”, modelando-se, nesse contexto, “entre-territórios, culturalmente mais híbridos, graças às construções de novas identidades”.

Angelo Serpa
Editor Responsável